



2° SIMULADO

Procurador PGE GO

Simulado PGE-GO

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Procurador da PGE-GO;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PGE-GO-02-10-21>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcel Torres

01. No que toca aos direitos políticos, é incorreto afirmar que:

- a) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante, plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- b) Os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório, são alistáveis e elegíveis.
- c) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude
- d) Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- e) As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares ocorrerão durante as campanhas eleitorais, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão

02. Não é legitimado a propor edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante diretamente ao STF:

- a) o Presidente da República;
- b) a Mesa do Senado Federal;
- c) a Mesa da Câmara dos Deputados;
- d) a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- e) o Prefeito Municipal.

03. De acordo com a repartição de competências previstas na Constituição Federal:

- a) Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- b) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre orçamento, produção e consumo, proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- c) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados não poderão legislar, ainda que seja para atender a suas peculiaridades
- d) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, procedido de convênio da cooperação, nos termos do art. 241 da Constituição, com os Entes Federativos atingidos, sem o que não poderão ser instaladas.
- e) Lei distrital disporá sobre a utilização pelo Governo do Distrito Federal, da polícia civil, da polícia penal, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar.

04. A respeito do regime constitucional dos servidores públicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- b) é garantido ao servidor público civil e ao militar o direito à livre associação sindical.
- c) Somente por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- d) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização.
- e) A justiça comum, federal ou estadual, é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da administração pública direta, autarquias e fundações públicas.

05. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- I. de um terço, no mínimo, dos membros do Senado Federal;
- II. de um terço, no mínimo, dos membros do Câmara de Deputados;
- III. do Presidente da República;
- IV. de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros;
- V. por iniciativa popular;

Analise os itens acima e assinale

- a) se todos os itens estiverem corretos.
- b) se apenas os itens II e IV estiverem corretos.
- c) se apenas os itens II e V estiverem corretos.
- d) se apenas os itens I e V estiverem corretos.
- e) se apenas os itens I, II, III e IV estiverem corretos.

06. Com relação ao fenômeno da mutação constitucional, julgue os itens a seguir.

- I É um meio informal de se alterar a Constituição sem se modificar seu texto formal.
- II Esse fenômeno é uma manifestação do poder constituinte difuso.
- III O STF não admite o uso da mutação constitucional como fundamento da interpretação judicial em sede de controle difuso.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos

07. Não se configura crime de responsabilidade:

- a) atos praticados contra a existência da União;
- b) atos praticados contra a segurança interna do País
- c) atos contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Públicos;
- d) atos contra o livre exercício dos Poderes Constitucionais das unidades da Federação;
- e) o cumprimento de decisão judicial que obrigue a realização de despesa sem previsão orçamentária.

08. Compõe o Conselho Nacional de Justiça, exceto:

- a) o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que será o presidente.
- b) dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- c) um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;
- d) quatro cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados dois pela Câmara dos Deputados e os demais pelo Senado Federal.
- e) um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.

09. Compõe o Conselho de Governo, exceto:

- a) o Vice-Presidente da República;
- b) o Presidente da Câmara dos Deputados;
- c) o Presidente do Senado Federal;
- d) seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.
- e) o Ministro da Economia.

Simulado Procurador PGE-GO – 02/10/2021

10. Sobre a intervenção nos entes federativos, segundo disposto na Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

- a) compete ao Conselho de Defesa Nacional opinar sobre a sua decretação;
- b) Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;
- c) O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.
- d) A União poderá intervir nos Estados, Municípios e Distrito Federal, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- e) A decretação da intervenção dependerá, no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

11. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao não qual compete:

- a) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento
- b) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo
- c) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município
- d) sustar a execução de contratos, após prazo para regularização, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal

e) representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados

12. A respeito do estado de sítio, marque a alternativa correta:

- a) É cabível apenas no caso de declaração de estado de guerra.
- b) Poderá ser suspenso o direito de liberdade de reunião.
- c) Poderá ser decretado por mais de trinta dias, prorrogáveis por igual período.
- d) O Congresso Nacional permanecerá fechado até o término das medidas coercitivas.
- e) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente de cada Casa do Congresso Nacional, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.

13. No que toca aos dispositivos constitucionais atinentes às Forças Armadas, marque a alternativa incorreta

- a) As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.
- b) Lei federal estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.
- c) Não caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares
- d) o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra;
- e) o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos

14. Sobre a ordem econômica e as formas de prestação de serviço público, não é certo afirmar que:

- a) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- b) A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar entre si convênio de cooperação dispondo sobre gestão associada de serviços públicos, disciplinando a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.
- d) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.
- e) Lei reprimirá a concorrência e o recebimento dos lucros.

15. Quanto à política agrária e urbana prevista na Constituição, é incorreto afirmar:

- a) O plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- b) Os bens públicos desafetados do serviço público poderão ser usucapidos.
- c) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.
- d) São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, desde que seu proprietário não possua outra;
- e) A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

16. Com base no entendimento dos Tribunais Superiores e na Lei 8.987/95, que disciplina os Serviços Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o STJ, é inaplicável o CDC na relação entre concessionária de serviço público e o usuário final dos serviços públicos essenciais.
- b) Poderá ser declarada a caducidade da concessão quando a concessionária não atender a intimação do poder concedente para, em 90 dias, apresentar a documentação relativa a regularidade fiscal.
- c) Em situações excepcionais devidamente comprovadas, o implemento de transporte público coletivo poderá ocorrer sem prévia licitação.
- d) É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do usuário decorrer de débitos pretéritos.
- e) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do Poder Concedente implicará a encampação da concessão.

17. Considerando-se as disposições da CF e o entendimento dos Tribunais Superiores sobre Concursos Públicos, é correto afirmar que:

- a) O portador de visão monocular não tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.
- b) Compete ao Poder Judiciário, no controle de legalidade, substituir banca examinadora para avaliar respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuída.
- c) Há configuração de preterição de candidato aprovado em concurso público na hipótese em que a administração pública procede à nomeação de outros candidatos em classificação inferior, ainda que por força de decisão judicial.
- d) O portador de surdez unilateral tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.
- e) O Estado responde subsidiariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, quando os exames são cancelados por indícios de fraude.

18. Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta

- a) No tocante ao valor da reparação mensal devida aos anistiados políticos, a fixação do quantum indenizatório por pesquisa de mercado, deve ser supletiva, utilizada apenas quando não há, por outros meios, como se estipular o valor da prestação mensal, permanente e continuada.
- b) O exercício da advocacia é compatível com as atividades desempenhadas por servidor ocupante de cargo público de agente de trânsito, desde que em causa própria.
- c) Incide contribuição previdenciária sobre terço de férias, serviços extraordinários, adicional noturno e adicional de insalubridade, pagos aos servidores públicos.
- d) Não é possível acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa.
- e) Prescreve em 05 anos as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.

19. Sobre Desapropriação, é correto afirmar:

- a) É desnecessária prévia autorização do Presidente da República para desapropriação, pelos Estados, de empresa de energia elétrica.
- b) Na chamada desapropriação indireta, os juros compensatórios são devidos a partir da perícia, desde que tenha atribuído valor atual ao imóvel.
- c) Na indenização por desapropriação não se incluem os honorários do advogado do expropriado.
- d) A desapropriação rural para fins de reforma agrária é de competência da União e a indenização será necessariamente em dinheiro.
- e) O espaço aéreo não pode ser desapropriado.

20. No que diz respeito aos Bens Públicos, é correto afirmar:

- a) Os bens públicos dominicais estão sujeitos a usucapião.
- b) De acordo com o STJ, os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha são oponíveis à União.
- c) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, reservado ao particular o direito à indenização pelas benfeitorias úteis e necessárias.
- d) Os bens integrantes do acervo patrimonial de sociedades de economia mista sujeitos a uma destinação pública equiparam-se a bens públicos, sendo, portanto, insuscetíveis de serem adquiridos por meio de usucapião.
- e) Os bens públicos de uso comum do povo podem ser alienados desde que observadas as exigências legais.

21. Nos termos da Lei Estadual 20.918/2020 que dispõe a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, é correto afirmar:

- a) Quanto ao pessoal contratado, será aplicado o regime próprio de previdência social.
- b) Nos casos de saúde pública, associados com campanhas preventivas de vacinação contra doenças, o período de contratação máxima será de 1 (um) ano, com a possibilidade de ser prorrogado até o prazo total de 3 (três) anos;
- c) Extinto o contrato, o contratado não terá direito a indenização de férias proporcionais, apenas férias vencidas.
- d) Nos casos educacionais, o prazo de contratação máxima será de 3 anos, podendo ser prorrogado até o prazo total de 5 anos.
- e) As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos da Lei 20.918/2020 serão apuradas em processo administrativo disciplinar de rito sumário, instaurado e concluído dentro do prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias.

Simulado Procurador PGE-GO – 02/10/2021

22. Acerca do Controle da Administração Pública, é correto afirmar:

- a) O pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.
- b) A atividade correcional do Tribunal de Justiça sobre os seus servidores e sobre os cartórios judiciais e extrajudiciais é um exemplo de controle interno da Administração Pública.
- c) A Administração Pública não poderá declarar a nulidade dos seus próprios atos.
- d) O controle externo das atividades da Administração Pública será exercido com exclusividade pelo Poder Judiciário.
- e) A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.

23. A respeito dos consórcios públicos, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei no 11.107/2005.

- a) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração prescinde da prévia subscrição de protocolo de intenções.
- b) É possível a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas.
- c) O consórcio público com personalidade jurídica de direito privado integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- d) A União não poderá celebrar convênios com os consórcios públicos.
- e) Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

24. Nos termos da Lei 14.133/2021, sobre Licitações e Contratos Administrativos, é correto afirmar:

- a) O pregão será adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- b) São modalidades de licitação, o pregão, a concorrência, o convite, o concurso, o leilão e o diálogo competitivo.
- c) O leilão poderá não ser cometido a servidor designado pela autoridade competente da Administração, apenas a leiloeiro oficial.
- d) O leilão exigirá registro cadastral prévio.
- e) O leilão terá fase de habilitação.

25. Acerca dos Agentes Públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Não incide o teto remuneratório constitucional aos substitutos interinos de serventias extrajudiciais.
 - b) É constitucional, norma de Constituição Estadual que elege como parâmetro remuneratório máximo dos servidores públicos estaduais o valor integral do subsídio dos Ministros do STF.
 - c) De acordo com o STF, é possível a acumulação remunerada de dois cargos públicos se houver compatibilidade de horário, ainda que a soma das remunerações ultrapasse o teto constitucional.
 - d) É constitucional lei estadual que afirme que os Deputados Estaduais deverão receber 75% do subsídio dos Deputados Federais.
 - e) É constitucional lei estadual que preveja que o Governador e o Vice-Governador do Estado não poderão receber remuneração inferior ao subsídio percebido pelos Desembargadores e pelos Deputados Estaduais.
-

26. Nos termos da Lei 20.756/2020 que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, é correto afirmar:

- a) O servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de 3 (três) períodos, no caso de necessidade do serviço.
- b) As férias poderão ser parceladas em até 2 (dois) períodos, desde que assim requeridas pelo servidor e no interesse da Administração pública, contanto que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias.
- c) O servidor que opera direta e permanentemente com raios x ou substâncias radioativas gozará 15 (quinze) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.
- d) É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.
- e) As férias não poderão ser suspensas somente por motivo de convocação para júri.

27. Em relação aos Atos Administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) Os atos discricionários da Administração Pública não se sujeitam a controle judicial.
- b) Motivação e motivo não são juridicamente equivalentes.
- c) A exigibilidade e a autoexecutoriedade estão presentes em todos atos administrativos.
- d) A licença, a autorização e permissão são espécies de atos ordinatórios.
- e) O ato vinculado pode ser revogado.

28. Acerca do Terceiro Setor, é correto afirmar:

- a) A entidade que deixar de preencher os requisitos necessários à sua qualificação como OSCIP será automaticamente descredenciada.
- b) A outorga de qualificação como OSCIP é ato discricionário.
- c) A qualificação como OSCIP ocorrerá após a celebração do contrato de gestão.
- d) Caso a OSCIP adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.
- e) Recebido o requerimento de qualificação como OSCIP, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de sessenta dias, deferindo ou não o pedido.

29. Sobre Improbidade Administrativa, é correto afirmar:

- a) Dado não ser possível o ajuizamento de ação de improbidade exclusivamente contra particular, há litisconsórcio passivo necessário entre aqueles, particular e público, que eventualmente tenham agido em concurso.
- b) A ausência de notificação do réu para oferecimento de defesa prévia em sede de improbidade enseja nulidade absoluta insanável.
- c) A indisponibilização de bens do réu em ação de improbidade prescinde da demonstração de risco ou da prática de dilapidação patrimonial.
- d) Segundo o STJ, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetivam independente do trânsito em julgado de sentença condenatória.
- e) Uma vez aplicada pena administrativa por ato de improbidade que cause prejuízo ao erário, não poderá o agente sofrer sanções em processos penais ou cíveis decorrentes do mesmo fato.

Simulado Procurador PGE-GO – 02/10/2021

30. Acerca da jurisprudência dos Tribunais Superiores, sobre Conselhos Profissionais, é correto afirmar:

- a) Os conselhos profissionais exercem poder de polícia.
- b) Os conselhos profissionais não têm o dever de prestar contas ao Tribunal de Contas da União.
- c) Os conselhos profissionais não necessitem de realizar concurso público para contratação de seus servidores.
- d) Como os Conselhos de Fiscalização Profissional têm natureza jurídica de autarquia se submetem ao regime de precatórios.
- e) Os conselhos profissionais se submetem a obrigatoriedade de adoção do regime jurídico único para seus servidores.

31. Em relação ao Regime Jurídico Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) A divulgação de nomes ou imagens de autoridades ou servidores públicos em obras públicas fere o princípio da autotutela.
- b) O ajuizamento da ação judicial para conter eventuais abusos praticados pela administração pública caracteriza a aplicação do princípio da moralidade.
- c) A possibilidade de a Administração fazer acordos ou transações é uma relativização da aplicação do princípio da supremacia do interesse público.
- d) O princípio da eficiência, introduzido expressamente na Constituição Federal na denominada Reforma Administrativa, traduz a ideia de uma administração gerencial.
- e) O princípio da oficialidade não se aplica aos processos administrativos.

32. Sobre o Processo Administrativo do Estado de Goiás, nos termos da Lei Estadual 13.800/2001, é correto afirmar:

- a) O processo administrativo não poderá iniciar de ofício.
- b) Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- c) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o segundo grau.
- d) O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.
- e) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em três anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

33. Nos termos da Lei 14.333/2021, nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, poderá ser exigida a prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, em percentual equivalente a até

- a) 5%
- b) 15%
- c) 30%
- d) 10%
- e) 20%

34. Acerca da Organização Administrativa, é correto afirmar:

- a) Enquanto a administração indireta se constitui de órgãos, a administração direta é composta de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.
- b) O princípio da especialidade aponta a desnecessidade de ser expressamente consignada na lei a atividade a ser exercida, descentralizadamente, pela entidade da administração indireta.
- c) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é subjetiva relativamente a terceiros não usuários do serviço.
- d) Administração direta é o conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, às quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado.
- e) A expressão “administração pública”, no sentido subjetivo, exprime a ideia de atividade, tarefa, ação, constituindo-se como o alvo que o governo pretende alcançar.

35. Em relação aos Poderes Administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) A discricionariedade, a autoexecutoriedade e a tipicidade podem ser apontadas como atributos do poder de polícia.
- b) O excesso de poder, uma das espécies de abuso de poder, configura-se como um vício de finalidade do ato administrativo.
- c) A atribuição concedida ao administrador para organizar e distribuir as funções de seus órgãos de maneira vertical, estabelecendo uma relação de subordinação, decorre do poder disciplinar.
- d) O exercício do poder de polícia é limitado à prática de atos concretos, não podendo se dar por meio de atos normativos.
- e) Com base no poder discricionário, a Administração Pública dispõe de liberdade na valoração dos motivos e na escolha do objeto do ato que deseja expedir, decidindo sobre sua conveniência e oportunidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

36. A partir das afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - São princípios constitucionais tributários, que estão literalmente expressos na Constituição Federal o da personalização do imposto e o da tipicidade.

II - A alíquota do ISQN não poderá ser superior a 5% do preço do serviço.

III - O princípio da irretroatividade tributária veda a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada lei que o instituiu ou majorou

- a) As três afirmativas estão corretas;
- b) Apenas uma das afirmativas acima está correta;
- c) Apenas uma da afirmativa acima está errada;
- d) Todas as afirmativas são erradas;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

37. A base de cálculo do ITR - Imposto Territorial Rural - é o valor

- a) venal;
- b) fundiário.
- c) da nua propriedade.
- d) venal e das acessões.
- e) da estimativa de mercado.

38. Acerca do imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis - ITBI, é correto afirmar que

- a) Incide sobre transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- b) Incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão de pessoa jurídica quando a atividade preponderante do adquirente for a locação de bens imóveis.
- c) Incide sobre transmissão de bens ou direitos decorrentes de incorporação de pessoas jurídicas salvo se a atividade preponderante do adquirente for a de arrendamento mercantil.
- d) Não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes da cisão de pessoas jurídicas quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos.
- e) Não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de incorporação quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos.

39. Considerando

I - O lançamento reportar-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei vigente à época, salvo se lei superveniente for mais benéfica ao contribuinte;

II - A apresentação de recurso administrativo, o depósito do valor integral e a celebração de acordo de parcelamento são hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário;

III - A remissão e a anistia são hipóteses de exclusão do crédito tributário.

Assim, está correto o que se afirma em

- a) As três afirmativas estão corretas;
- b) Apenas uma das afirmativas acima está correta;
- c) Apenas uma da afirmativa acima está errada;
- d) Todas as afirmativas são erradas;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

40. Com relação à cobrança dos créditos tributários na falência, assinale a opção correta

- a) O processo falimentar envolve o crédito tributário, mas exclui a multa tributária;
- b) As execuções fiscais em curso serão suspensas com a decretação de falência, consoante a lei processual que disciplina a cobrança do crédito tributário;
- c) A propositura de execução fiscal posterior à decretação de falência ocorrerá no juízo falimentar;
- d) A decretação da falência interrompe o prazo de prescrição do crédito tributário;
- e) Os créditos tributários serão adimplidos após realizado o pagamento dos créditos com garantia real, até o limite do apurado com os bens gravados

41. Indique a alternativa correta

- a) Com o pagamento, no lançamento por homologação, pode ser considerado definitivamente extinto o crédito tributário;
- b) Se não houve antecipação de pagamento, não há falar-se em lançamento por homologação, mas, sim, falar-se lançamento de ofício;
- c) o pagamento de débito tributário prescrito não propicia direito à restituição conquanto houvesse perecido a ação, permanece íntegro o direito material subjacente;
- d) É admissível o benefício da denúncia espontânea no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação quando o contribuinte, declarada a dívida, efetua o pagamento, embora a destempo;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

42. De acordo com o STJ

I - O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro;

II - A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória;

III - A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco;

Assim, está correto o que se afirma em

- a) As três afirmativas estão corretas;
- b) Apenas uma das afirmativas acima está correta;
- c) Apenas uma da afirmativa acima está errada;
- d) Todas as afirmativas são erradas;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

43. De acordo com o STF

I - Embora pago indevidamente, não cabe restituição de tributo indireto;

II - Isenções tributárias concedidas não podem ser livremente suprimidas;

III - A multa fiscal moratória constitui pena administrativa, não se incluindo no crédito habilitado em falência;

Assim, está correto o que se afirma em

- a) As três afirmativas estão corretas;
- b) Apenas uma das afirmativas acima está correta;
- c) Apenas uma da afirmativa acima está errada;
- d) Todas as afirmativas são erradas;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

44. De acordo com a jurisprudência dos nossos tribunais

I - A Constituição Estadual não pode estabelecer limite para o aumento de tributos municipais;

II - Decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores;

III - Não viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa;

Assim, está correto o que se afirma em

- a) As três afirmativas estão corretas;
- b) Apenas uma das afirmativas acima está correta;
- c) Apenas uma da afirmativa acima está errada;
- d) Todas as afirmativas são erradas;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

45. De acordo com a jurisprudência dos nossos tribunais

I - Os Estados e o Distrito Federal são partes legítimas na ação de restituição de imposto de renda retido na fonte proposta por seus servidores;

II - Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade;

III - O imposto de transmissão causa mortis é devido pela alíquota vigente no momento do pagamento do tributo;

Assim, está correto o que se afirma em

- a) As três afirmativas estão corretas;
 - b) Apenas uma das afirmativas acima está correta;
 - c) Apenas uma da afirmativa acima está errada;
 - d) Todas as afirmativas são erradas;
 - e) Nenhuma das alternativas anteriores
-

Simulado Procurador PGE-GO – 02/10/2021

46. De acordo com a jurisprudência dos nossos tribunais

I - O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera a natural responsabilização do sócio-gerente;

II - Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora abrange os tributos devidos pela sucedida, mas não às multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão;

III - Caba a Lei Complementar Federal estabelecer o sujeito passivo do IPTU;

Assim, está correto o que se afirma em

- a) As três afirmativas estão corretas;
- b) Apenas uma das afirmativas acima está correta;
- c) Apenas uma da afirmativa acima está errada;
- d) Todas as afirmativas são erradas;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

47. Indique a alternativa incorreta

- a) O ato de arrolamento deve ser registrado independentemente do pagamento de custas ou emolumentos;
- b) A obrigatoriedade do sujeito passivo prestar as informações deve perdurar até a extinção do crédito tributário;
- c) O arrolamento de bens não alcança os bens do responsável tributário, mas sim do contribuinte do tributo;
- d) O arrolamento é medida administrativa e não judicial;
- e) O arrolamento é medida que se aplica a débitos superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

48. De acordo da lei de processo administrativo tributário do Estado de Goiás, o lançamento tributário não conterà

- a) Identificação do sujeito passivo;
- b) Indicação do local e hora da sua lavratura;
- c) Nome e assinatura da autoridade lançadora, com indicação do cargo, matrícula e número do documento de identidade;
- d) Descrição do fato e indicação do período de sua ocorrência;
- e) Indicação do prazo para pagamento ou apresentação de impugnação ou pedido de descaracterização.

49. De acordo com o Código Tributário do Estado de Goiás, não é um benefício fiscal

- a) A isenção;
- b) A redução da base de cálculo do imposto;
- c) O crédito outorgado;
- d) A manutenção de crédito;
- e) O perdão administrativo.

50. De acordo com o Código Tributário do Estado de Goiás, não é considerado inidôneo, para efeitos fiscais, o documento que:

- a) Não seja legalmente exigido para a respectiva operação ou prestação;
- b) Não contenha indicações necessárias à perfeita identificação da operação ou da prestação, que enseja a falta do pagamento do imposto devido na mesma;
- c) Já tenha surtido os respectivos efeitos fiscais ou tenha sido adulterado, viciado ou falsificado;
- d) Esteja desacompanhado de documento de controle exigido na forma do regulamento;
- e) Nenhuma das alternativas.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

51. Segundo a Lei n. 4.320 de 1964, NÃO integrará ou acompanhará a Lei Orçamentária Anual:

- a) autorização para a alienação de bem imóvel pertencente ao Estado.
- b) sumário geral da receita por fontes e respectiva legislação.
- c) quadro discriminativo da receita por fontes.
- d) quadro das dotações por órgãos do Governo.
- e) quadro demonstrativo da receita.

52. Considerando-se o Direito Financeiro na Constituição de 1988, o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público estão compreendidas na lei

- a) do orçamento anual.
- b) orgânica.
- c) de responsabilidade fiscal.
- d) de diretrizes orçamentárias.
- e) do plano diretor.

53. É considerada uma fonte secundária do Direito Financeiro:

- a) Constituição Federal.
- b) Resoluções.
- c) Leis Complementares.
- d) Leis Ordinárias.
- e) Medida Provisória.

54. A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi introduzida pela Constituição de 1988 e contou com um importante reforço da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo a LRF, a LDO deve:

- a) dispor acerca de critérios para equilíbrio entre receitas e despesas.
- b) ser acompanhada das medidas de compensação a renúncias de receita.
- c) ser acompanhada das medidas de compensação ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- d) estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública.
- e) incluir demonstrativo do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro.

55. Considerando-se as fontes do Direito Financeiro, a atividade financeira do Estado obedece a regras específicas contidas em diferentes instrumentos normativos. A respeito dessas regras, é correto afirmar que

- a) estão previstas na Constituição Federal, em leis complementares, em leis ordinárias, em normativos infraconstitucionais e em recomendações dos tribunais de contas.
- b) estão previstas apenas na Constituição Federal, que traz o conjunto suficiente de regras aplicáveis à atividade financeira do Estado.
- c) estão previstas apenas em leis complementares, dada a natureza geral dessas regras.
- d) são decorrência das práticas reiteradas da Administração Pública ao longo dos anos, não se apresentando de forma sistemática em nenhum instrumento jurídico.
- e) seguem apenas as regras estabelecidas por cada ente federativo levando em consideração a sua própria realidade local.

Simulado Procurador PGE-GO – 02/10/2021

56. Considerando-se as leis orçamentárias, é correto afirmar que:

- a) o PPA é peça fundamental na intermediação entre o planejamento de longo prazo, presente na LDO, e a ação de curto prazo, prevista na LOA.
- b) a LOA é lei de efeitos abstratos que não está sujeita a controle de constitucionalidade por parte do Poder Judiciário.
- c) a LDO ganhou, a partir da publicação da Lei Complementar n^o 101/2000, novo papel, o que lhe concedeu destaque no ciclo orçamentário.
- d) o PPA reflete o planejamento da ação estatal no longo prazo, considerando-se que deve ser proposto e aprovado no último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo, para vigorar nos 4 (quatro) anos seguintes.
- e) a LOA, ao estipular as dotações orçamentárias para o ano seguinte, fixa obrigação de execução da despesa para o Poder Executivo, sendo vinculante e mandatário que todos os gastos sejam realizados.

57. Dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é matéria que, dentre outras, compete à Lei

- a) Geral do Orçamento.
- b) do Plano Plurianual.
- c) de Diretrizes Orçamentárias.
- d) do Orçamento Anual.
- e) de Responsabilidade Fiscal.

58. É exemplo do princípio da universalidade orçamentária o disposto na seguinte alternativa:

- a) a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- b) a lei orçamentária compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
- c) as receitas e despesas constarão da lei orçamentária pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

d) a discriminação da despesa far-se-á, no mínimo, por elementos.

e) o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total de receitas estimadas para o mesmo período.

59. Considerando-se os princípios constitucionais do orçamento, aquele que estabelece que a receita não possa ter vinculações que reduzem o grau de liberdade do gestor e engessa o planejamento de médio, curto e longo prazos, e que se aplicam somente às receitas de impostos, denomina-se princípio:

- a) do orçamento bruto.
- b) da não afetação das receitas.
- c) do equilíbrio.
- d) da objetividade.
- e) da exatidão.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

60. Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que:

- a) se constituírem;
- b) em regra, estiver domiciliado o seu proprietário;
- c) estiver domiciliado o seu proprietário, quando se tratar de penhor;
- d) em que estiverem situados;
- e) for firmado o contrato, no caso de compra e venda.

61. Em relação ao direito de família, entende o Superior Tribunal de Justiça que:

- a) a separação é requisito para o divórcio;
- b) é possível, na execução de alimentos, a penhora de valores decorrentes do FGTS para o pagamento de prestação alimentícia;
- c) não corre prescrição entre os cônjuges em qualquer caso, ainda que em sua forma aquisitiva;
- d) o pagamento parcial dos alimentos afasta a prisão civil;
- e) o casamento celebrado na vigência do CC/16 não permite a modificação de seu regime após a vigência do CC/02.

62. Marque a opção que corretamente indicar um bem móvel:

- a) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;
- b) o direito à sucessão aberta;
- c) as energias que tenham valor econômico;
- d) uma casa;
- e) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

63. De acordo com o Código Civil, somente se consideram interessados para requerer a sucessão provisória:

- a) o cônjuge não separado judicialmente;
- b) os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários;
- c) os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte;
- d) os credores de obrigações vencidas e não pagas;
- e) o Ministério Público.

64. Em relação à posse, é correto afirmar que:

- a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;
- b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;
- c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;
- d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem;
- e) o possuidor de má-fé tem direito aos frutos percebidos durante a posse.

65. Há três tipos de testamentos ordinários previstos no Código Civil: o público, o cerrado e o particular. Em relação ao testamento público, é requisito essencial:

- a) ser escrito por tabelião ou por seu substituto legal em seu livro de notas, de acordo com as declarações do testador, não podendo conter notas ou apontamentos;
- b) lavrado o instrumento, ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do oficial;
- c) que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas;
- d) que o auto de aprovação seja assinado pelo tabelião, pelas testemunhas e pelo testador;
- e) que o testador declare que aquele é o seu testamento e quer que seja aprovado.

66. Assinale a alternativa que completa a frase conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

É válida a cláusula prevista em contrato de seguro-saúde que autoriza o aumento das mensalidades do seguro quando o usuário completar 60 anos de idade. Caso seja verificada que o aumento da mensalidade não respeitou os limites e requisitos estabelecidos na Lei nº 9.656/98, o beneficiário poderá ajuizar ação para declarar a nulidade da referida cláusula no prazo:

- a) decadencial de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;
- b) prescricional de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;
- c) prescricional de cinco anos para reaver todas as mensalidades pagas;
- d) prescricional de vinte anos se o contrato vigente tiver sido firmado antes da vigência do Código Civil de 2002;
- e) prescricional de dez anos, já que não há prazo específico previsto na lei.

67. O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião. Em relação a esse instituto, é correto afirmar que:

- a) a inexistência de título pelo possuidor não impacta no prazo de dez anos indicado no enunciado;
- b) o dono do prédio serviente poderá embaraçar o exercício legítimo da servidão;
- c) a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada, inclusive nas desapropriações;
- d) a abertura de nova via é apta a negar reintegração de servidão de passagem extinta;
- e) também se extingue a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção, pelo não uso, durante cinco anos contínuos.

68. Marcos é devedor da Empresa X em razão de contrato de prestação de serviços em que se prevê pagamento mensal. Passados alguns meses de regular prestação de serviços e pagamentos, Marcos começa a perceber dificuldades em concretizar o pagamento por razões alheias a sua vontade e, assim, é orientado por um amigo advogado a realizar o pagamento em consignação. Considerando esse caso concreto, não terá lugar a consignação:

- a) se a Empresa X não puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma;
- b) se a Empresa X não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos;
- c) se Marcos alegar dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento;
- d) se pender litígio sobre o objeto do pagamento;
- e) se a Empresa X for desconhecida e tiver sede em endereço incerto.

69. Na solidariedade ativa, quando a obrigação for indivisível o herdeiro de um credor falecido:

- a) pode exigir para si, sozinho, o cumprimento da obrigação por inteiro;
- b) pode exigir para si, sozinho, apenas a quota parte que lhe caberia se a obrigação fosse divisível;
- c) não pode exigir para si, sozinho, o cumprimento da obrigação por inteiro;
- d) não pode exigir o cumprimento da obrigação de qualquer forma;
- e) apenas poderá exigir o cumprimento da obrigação depois que os demais credores, não falecidos, tiverem o seu crédito satisfeito.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

70. Assinale a alternativa correta:

- a) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- b) São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- c) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei complementar, sem o que não poderão ser instaladas.
- d) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais ou administrativas.
- e) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

71. Assinale a alternativa correta quanto a servidão ambiental:

- a) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Área de Preservação Permanente.
- b) A servidão ambiental não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.
- c) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 05 (cinco) anos.
- d) O contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental deve ser averbado no órgão ambiental.
- e) O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, apenas por por instrumento público, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.

72. Não é instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente:

- a) O zoneamento ambiental.
- b) O Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumento de Defesa Ambiental.
- c) A concessão florestal, como instrumento social.
- d) O Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.
- e) O sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.

73. São consideradas áreas de preservação permanente, **exceto**:

- a) As restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.
- b) As áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.
- c) Os manguezais, em toda a sua extensão.
- d) Em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 150 (cento e cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.
- e) as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de 30 (trinta) metros, em zonas urbanas.

74. Segundo a Lei nº 18.102/2013, do Estado de Goiás, é circunstância que atenua a sanção administrativa ambiental:

- a) A comunicação posterior do infrator sobre o perigo iminente de degradação ambiental.
- b) O baixo grau social do infrator.
- c) O arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea iniciativa de regularização da atividade, reparação do dano ou diminuição significativa da degradação ambiental causada.
- d) A colaboração com os agentes privados encarregados do controle ambiental.
- e) Ter o agente agido em período noturno.

DIREITO DO TRABALHO

Lucas Pessoa

75. Acerca da estabilidade dos membros da CIPA, assinale a opção correta.

- a) O empregado que tiver registrado a candidatura e tiver sido eleito membro da CIPA durante a vigência de contrato de experiência não terá o direito à estabilidade.
- b) A extinção do estabelecimento onde o empregado eleito membro da CIPA trabalhe não acarreta a extinção da estabilidade, visto que o empregado terá direito ao recebimento de todas as garantias até o final da projeção do seu mandato.
- c) Terão direito à estabilidade os membros da CIPA representantes dos empregados e dos empregadores, sejam eles titulares ou suplentes.
- d) Em regra, a estabilidade dos membros da CIPA permanece até o final do mandato, ainda que o empregado renuncie ao cargo de membro da CIPA.
- e) Não existe limite para reeleição de empregado como membro da CIPA, de forma que a estabilidade permanece até o final do último mandato.

76. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O contrato de experiência não poderá exceder de 90 (noventa) dias.
- b) O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 1 (um) ano.
- c) Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência não dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.
- d) Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento imprevisível.
- e) O contrato por prazo determinado não será válido em se tratando: de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo.

77. Em relação ao instituto jurídico da prescrição no Direito do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As pretensões quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescrevem em cinco anos para os trabalhadores urbanos e em dois anos para os rurais.
- b) As pretensões quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescrevem em dois anos para os trabalhadores urbanos e em cinco anos para os rurais.
- c) Não há aplicação da prescrição intercorrente na execução de processos que envolvam verbas oriundas de contratos de trabalho.
- d) A fluência do prazo prescricional intercorrente no âmbito trabalhista inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.
- e) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, exceto se ajuizada em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcante

78. Dentre as alternativas abaixo, aponte a única que corresponde a um objetivo da Seguridade Social expressamente previsto na Constituição:

- a) Universalidade da cobertura e seletividade do atendimento.
- b) Equidade entre os benefícios destinados às populações urbanas e rurais.
- c) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- d) Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.
- e) Irredutibilidade real do valor dos benefícios.

79. No que tange à aposentadoria do indivíduo que ingressar no serviço público federal após a publicação da EC 103/19, assinale a alternativa correta:

- a) O ocupante do cargo de agente federal penitenciário poderá aposentar-se aos 60 anos de idade com 35 de contribuição, e 25 anos de efetivo exercício no cargo, se homem.
- b) O ocupante de cargo da Polícia Rodoviária Federal poderá aposentar-se aos 55 anos de idade com 30 de contribuição, e 20 anos de efetivo exercício no cargo, se mulher.
- c) O ocupante de cargo da Polícia do Senado Federal poderá aposentar-se aos 60 anos de idade com 30 de contribuição, e 25 anos de efetivo exercício no cargo, se homem.
- d) O ocupante de cargo da Polícia Federal poderá aposentar-se aos 60 anos de idade com 25 de contribuição, e 10 anos de efetivo exercício na carreira, se mulher.

e) O ocupante do cargo de agente federal socioeducativo poderá aposentar-se aos 55 anos de idade com 30 de contribuição, e 25 anos de efetivo exercício no cargo, se homem.

80. A respeito do Regime de Previdência Complementar, assinale a alternativa correta:

- a) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.
- b) O ingresso em regime de previdência privada é facultativo mas, uma vez feita a opção, esta será irreatável.
- c) As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada integram o contrato de trabalho dos participantes, nos termos da lei.
- d) É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.
- e) O patrocinador, independentemente de sua natureza jurídica, obriga-se a contribuir com o mesmo percentual da contribuição vertida pelo participante.

81. As entidades fechadas de previdência complementar deverão ser compostas, no mínimo, por:

- a) conselho de administração, conselho fiscal e conselho deliberativo.
- b) conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva.
- c) diretoria-executiva, conselho fiscal e diretoria de previdência.
- d) conselho consultivo, conselho de administração e conselho deliberativo.
- e) diretoria-executiva, conselho fiscal e diretoria de benefícios.

82. Os planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar deverão prever os seguintes institutos, exceto:

- a) Benefício proporcional diferido, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador ou associativo com o instituidor antes da aquisição do direito ao benefício pleno, a ser concedido quando cumpridos os requisitos de elegibilidade;
- b) Benefício especial, pago pelo mesmo órgão responsável pela concessão de aposentadoria, inclusive por invalidez, ou pensão por morte.
- c) Portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano;
- d) Resgate da totalidade das contribuições vertidas ao plano pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo;
- e) Faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição e a do patrocinador, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Josias Barcelos

83. Considere as assertivas a seguir sobre o Juizado Especial da Fazenda Pública.

- I. As causas não se sujeitam ao reexame necessário.
- II. Não é competente para processar e julgar as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.
- III. Não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida por turma recursal.
- IV. Aplica-se subsidiariamente a lei do juizado somente a Lei nº 9.099/95.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) II e IV.
- e) I e III.

84. De acordo com o Código de Processo Civil, sobre o agravo de instrumento assinale a alternativa correta.

- a) O agravo de instrumento será dirigido diretamente ao juízo recorrido.
- b) Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, no juízo de retratação, o relator não poderá considerar prejudicado o agravo de instrumento.
- c) Não cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre mérito do processo.
- d) A Fazenda Pública tem o prazo de 15 (quinze) dias úteis para interpor, em regra, o agravo de instrumento.
- e) Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre rejeição da alegação de convenção de arbitragem.

85. Sobre o incidente de descon sideração de personalidade jurídica, é correto afirmar

- a) Aplica-se ao processo de competência dos juizados.
- b) Concluída a instrução o incidente será resolvido por decisão interlocutória, e desafia agravo de instrumento, caso seja proferida por relator.
- c) A instauração do incidente suspenderá o processo, desde que requerida na petição inicial.
- d) O incidente de descon sideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte, do Ministério Público e da Defensoria Pública, quando lhe este último couber intervir no processo.
- e) Aplica-se o incidente à descon sideração inversa, porém, por analogia, segundo entendimento dos Tribunais Superiores.

86. A respeito da tutela de evidência, é correto afirmar que

- a) O CPC exige, em hipóteses excepcionais elencadas na lei, a necessidade de demonstração de risco ao resultado útil do processo.
- b) pode ser deferida quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- c) pode ser deferida liminarmente, conforme determinação expressa do CPC, na hipótese da petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.
- d) Considera-se hipótese de tutela de evidência, expressamente no CPC, as situações em que as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos, assunção de competência e em súmula vinculante.
- e) possui a mesma natureza do julgamento antecipado parcial do mérito.

87. Sobre a intervenção móvel prevista na Lei de Ação Popular

- a) é vedada na lei de improbidade administrativa.
- b) Caso atue ao lado do autor a pessoa jurídica de direito público será mero *amicus curiae*.
- c) é permitida a determinados órgãos, desde que possuam capacidade judiciária, para defender seus interesses institucionais.
- d) somente caberá a União, Estados ou Distrito Federal, enquanto administração direta.
- e) a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

88. Sobre o curador especial, assinale a alternativa correta

- a) A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei.
- b) o juiz nomeará o curador especial ao incapaz, ainda que tenha representante legal, enquanto durar a incapacidade.
- c) o juiz nomeará o curador especial para o réu preso revel, somente nos casos de sentença criminal transitada em julgado.
- d) o juiz nomeará o curador especial para o réu revel citado por edital ou com hora certa, mesmo após a constituição de advogado.
- e) Os Estados poderão exercer a curatela especial, para os seus servidores que comprovarem insuficiência de recursos financeiros.

89. Em relação à ação rescisória, assinale a alternativa correta.

- a) o Ministério Público pode ajuizá-la apenas quando a decisão rescindenda é o efeito de simulação ou de colusão das partes, a fim de fraudar a lei.
- b) O depósito que acompanha a petição inicial somente é dispensado à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, às suas respectivas autarquias e fundações de direito público, e ao Ministério Público.
- c) a decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.
- d) O direito à rescisão se extingue em 18 (dezoito) meses contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.
- e) não é permitida a concessão de tutela provisória.

90. Sobre o que prevê o CPC acerca da produção antecipada de provas, assinale a alternativa correta.

- a) A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- b) É da competência do juízo do foro onde a prova deva ser produzida ou do foro de domicílio do réu.
- c) A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar meio adequado de solução de conflito, exceto a autocomposição.
- d) O juiz se pronunciará sobre a ocorrência ou a inoocorrência do fato, bem como sobre as respectivas consequências jurídicas.
- e) No procedimento da produção antecipada se admitirá, em regra, defesa ou recurso.

91. A respeito da reclamação, é correto afirmar que

- a) o STF não admite a condenação de pagamento de honorários advocatícios.
- b) É inadmissível a reclamação proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada.
- c) No procedimento disposto no CPC, o Ministério Público apenas é admitido como fiscal da ordem pública.
- d) o CPC veda a tutela provisória de urgência.
- e) é cabível apenas contra atos judiciais.

92. Em relação ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- a) Extingue-se o processo de mandado de segurança se o impetrante não promove, no prazo assinado, a citação do litisconsorte passivo necessário.
- b) segundo o STF, a desistência da ação mandamental deve ser com anuência da parte contrária, desde que antes do trânsito em julgado.
- c) o STF entendeu pela inconstitucionalidade da condenação em honorários advocatícios, em sede de mandado de segurança.
- d) no caso de prestações de informações, segundo a teoria da encampação, é permitida a alteração de competência estabelecida na sistemática do ordenamento jurídico.
- e) segundo o STF, a oitiva do Ministério Público é indispensável em todos os processos sob análise da Suprema Corte, na forma do art. 12 da Lei 12.016/09.

93. Nas ações em que a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem oponente, nas causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, é competente para julgar:

- a) STF.
- b) STJ.
- c) Justiça estadual.
- d) Justiça federal.
- e) Justiça federal, mas somente nos juizados especiais.

Simulado Procurador PGE-GO – 02/10/2021

94. A respeito da ação monitória, é correto afirmar que

- a) Não é cabível citação por edital, pois incompatível com o procedimento.
- b) É incabível o ajuizamento pela Fazenda Pública, por expressa vedação legal.
- c) Por sua natureza, não se permite prova oral, mesmo que documentada.
- d) É cabível contra Fazenda Pública, segundo a jurisprudência dos tribunais superiores, por falta de previsão legal.
- e) A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel.

95. Em relação ao cumprimento de sentença, segundo o CPC e entendimentos do STJ, é correto afirmar que

- a) Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, no prazo mínimo de 20 (vinte) dias, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação.
- b) o STJ não admite a exclusão da multa decorrente do cumprimento de sentença.
- c) o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 10 (dez) dias, acrescido de custas, se houver.
- d) o recurso cabível contra decisão que acolhe impugnação ao cumprimento de sentença e extingue a execução é o agravo de instrumento.
- e) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir ilegitimidade de parte.

96. A respeito da remessa necessária, é correto afirmar que

- a) está sujeito o acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.
- b) não está sujeita a sentença cujo entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.
- c) não está sujeita a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público.
- d) não está sujeita a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 800 (oitocentos) salários-mínimos para as capitais dos Estados.
- e) possui a natureza de recurso, segundo a doutrina majoritária e jurisprudência.

97. A respeito da audiência de instrução e julgamento, é correto afirmar que

- a) O juiz exerce o poder de polícia, incumbindo-lhe requisitar, quando necessário, força policial.
- b) A audiência poderá ser adiada por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 60 (sessenta) minutos do horário marcado.
- c) Encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença no prazo de 60 (sessenta) dias, sendo vedado prolatar em audiência.
- d) Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, independentemente do emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, exceto a arbitragem.
- e) A audiência poderá ser parcialmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico, como medida excepcional.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessoa

98. A respeito do agravo de petição no processo de execução trabalhista, é correto afirmar que

- a) a interposição desse recurso suspende o curso da execução até o seu julgamento final.
- b) a parte executada deve delimitar os valores impugnados, de forma a possibilitar a execução da parte incontroversa.
- c) interposição desse recurso para obter um acréscimo no valor já apurado deverá delimitar o valor que deseja acrescer.
- d) esse é um recurso cabível contra decisão homologatória de cálculos.
- e) é necessário o recolhimento do depósito recursal quando da interposição desse recurso na fase executória, mesmo estando garantido o juízo.

99. Caio, residente e domiciliado em Goiânia, foi contratado para trabalhar em Anápolis. Na contratação, as partes elegeram o foro da cidade de Caldas Novas para dirimir qualquer questão decorrente da prestação de serviços. Após dois anos de trabalho, Caio foi dispensado sem receber corretamente o pagamento das verbas rescisórias. Neste caso, Caio deverá promover a reclamação trabalhista na cidade de

- a) Goiânia ou Anápolis, a critério do empregado.
- b) Goiânia, Anápolis ou Caldas Novas.
- c) Goiânia.
- d) Anápolis.
- e) Caldas Novas.

100. Nas causas sujeitas ao rito sumaríssimo, será admitido recurso de revista na hipótese de

- a) violação à CLT.
- b) divergência estabelecida entre as turmas do TST.
- c) contrariedade a súmula vinculante do STF.
- d) contrariedade a Orientação Jurisprudencial do TST.
- e) nenhuma das anteriores.

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PGE-GO-02-10-21>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
